

CARTA PELA JUSTIÇA QUANTO AOS ASSASSINATOS DE BRUNO PEREIRA E DOM PHILLIPS.

PELA DEFESA DA VIDA INDÍGENA, FORTALECIMENTO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIOAMBIENTAIS E CONTRA O MARCO TEMPORAL NO BRASIL.

É com indignação e profundo sentimento de perda, de mais e mais vidas, levadas por efeito da necropolítica do governo genocida instalado no Brasil, que vimos à público manifestar nossa consternação e nosso pedido de justiça quanto ao assassinato do servidor público da FUNAI, Bruno da Cunha Araújo Pereira e do jornalista britânico, que vivia no Brasil, Dominic Mark Phillips, que seguem sem maiores investigações desde a confirmação no dia 15 de junho pelas autoridades policiais.

Bruno Pereira é reconhecido nacionalmente e internacionalmente como um grande defensor dos povos indígenas e servidor exemplar da FUNAI, referência da missão institucional de proteger e promover os direitos desses povos. Atuou e é reconhecido pelo seu trabalho junto aos povos originários do Vale do Javari, os Kanamari, Tsohom Djapá, Korubo, Kulina, Marubo, Matis, Matsés, além de ser um dos maiores especialistas quanto a questão dos indígenas isolados no Brasil.

O assassinato de Bruno e Dom, assim como de incontáveis outros mártires brasileiros que tombaram na defesa da questão socioambiental, reflete a macabra expansão das fronteiras de exploração no coração da Amazônia e sobre os recortes de Unidades de Conservação que ainda resistem no restante do país.

Processo de devastação que hoje toma força no Brasil com a fragilização das políticas ambientais, impulsionada por discursos oficiais de gestores públicos e pelo interesse particular que impulsiona a corrupção e o desmonte das políticas públicas e instituições responsáveis pela garantia do dever público para com a proteção e conservação do meio ambiente e perda de direitos dos povos originários e comunidades tradicionais.

A disputa pelo uso de seus territórios e suas riquezas naturais é o que move os constantes conflitos socioambientais. Por isso, é imprescindível a luta contra o Marco Temporal, que busca tornar ilegal o reconhecimento dos territórios de povos originários, que caso aprovado, aumentará ainda mais o genocídio de indígenas e a degradação ambiental no Brasil.

Manifestamos o total repúdio quanto a tentativa de criminalização dos movimentos sociais e representações dos povos originários que lutam pelo direito de manutenção de seus modos de vida, pelo meio ambiente, pela reforma agrária e pelos direitos conquistados, hoje ameaçados. Repudiamos todos aqueles que atuaram em favor da CPI da FUNAI e do Incra; Da destruição da legislação e do desmonte das políticas ambientais e sociais no Brasil, que hoje permitem que se “passe a boiada” e que a “foiçada na FUNAI” carregue

ainda mais vidas; Do aumento da letalidade da Polícia Militar, organismo de segurança que fere o espírito da CF de 1988; Do desvio de função da PRF, que com a anuência do STF, deixa de zelar pela segurança em estradas e passa a fazer parte de chacinas em comunidades e da tortura de cidadãos brasileiros; Do reviver do fantasma da Ditadura, responsável pela morte de mais de 8 mil indígenas segundo a Comissão da Verdade, devido desvirtuamento da atuação de representantes das forças armadas e do desvio da função destas.

É completamente inaceitável as cotidianas mortes em todo o país, as milhares de mortes levadas pela pandemia e Covid 19 devido ao descaso com as políticas de saúde, as vidas das populações periféricas, as vidas de defensores do meio ambiente e dos direitos humanos, de lideranças indígenas e de comunidades tradicionais.

São intoleráveis projetos de desenvolvimento que não visam o bem comum, mas sim o grande acúmulo de capital, que promovem o desmatamento e quem abre espaço para a expansão agropecuária; para o garimpo ilegal do ouro, esquentado no exterior; para o sacrifício de áreas costeiras, como as Baías de Guanabara, de Sepetiba e da Ilha Grande; para a especulação imobiliária e turística de áreas de conservação, em projetos como a Cancun brasileira.

Exigimos, portanto, o fortalecimento das políticas públicas indigenistas, ambientais e de segurança em todos os biomas brasileiros, na Amazônia, Caatinga, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Pampas e na Amazônia Azul.

Exigimos que as políticas socioambientais sejam fortalecidas; que as instituições que garantem a preservação ambiental e de modos de vida sejam priorizadas; que a FUNAI seja reestruturada e recomposta com servidores públicos especializados e comprometidos com políticas públicas voltadas para os povos originários, como foi a atuação profissional de Bruno Pereira.

A sociedade brasileira não pode condescender com a destruição em curso desse patrimônio nacional e da humanidade, berço e território de tantos povos originários, maior reserva de biodiversidade do planeta e fundamental para a sua regulação climática, que afeta diretamente todas as outras regiões do país. Destruição irrazoável e suicida que apenas favorece a criminalidade e uma economia clandestina, sem gerar desenvolvimento social e econômico minimamente relevantes.

Exigimos a investigação rigorosa da rede de apoio e da organização criminosa por trás desses assassinatos. A elucidação completa do que está por trás das mortes de Bruno e Dom, e a adoção de medidas para acabar com as causas destas violências e suas motivações. A responsabilização de todos os envolvidos de forma direta e indireta nesse crime hediondo, com todo o rigor da lei. Ninguém atenta contra a vida de um servidor do Estado brasileiro e um cidadão estrangeiro, sem confiar na impunidade, garantida por autoridades e

mandatários do poder que lhes deem respaldo, ou mesmo, a ordem da execução.

Honramos a memória de Bruno e de Dom, que forma não menos importante, buscava através do seu trabalho, dar visibilidade internacional quanto à destruição em curso na Amazônia. Manifestamos nosso pesar e sentimentos a toda a família de Bruno e Dom pela perda irreparável e de impacto incomensurável para a causa indígena e ambiental no Brasil.

É urgente uma investigação rigorosa desses assassinatos, de seus mandantes e suas motivações.

JUSTIÇA POR BRUNO, DOM E TODOS OS MÁRTIRES DA LUTA SOCIOAMBIENTAL!!!

O Brasil não pode se tornar palco de uma política de Terras Devastadas, nem continuar como uma terra sem lei. É preciso mudanças urgente para garantir uma soberania nacional onde o direito à vida e o bem-estar da população sejam PRIORIDADE.

ENTIDADES APOIADORAS: